

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP**

Processo nº 1132347-05.2022.8.26.0100

GATEKEEPER CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., já qualificada nos termos da decisão de nomeação lançada neste **PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** distribuído por **BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA**, na qualidade de Perita nomeada, vem, por seus representantes legais, em cumprimento ao quanto determinado na decisão de fls. 1315/1317, apresentar **LAUDO TÉCNICO DE PERÍCIA PRÉVIA**, nos termos e com os fundamentos que ora passa a apresentar.

Pede, ainda, que toda e qualquer comunicação processual a si destinada seja realizada em nome de **RODRIGO CAHU BELTRÃO** (OAB/SP nº 357.559), sob pena de nulidade (art. 272, §§ 2º e 5º, do CPC).

Nestes termos,
Pede deferimento.
São Paulo, 12 de dezembro de 2022.

Rodrigo Cahu Beltrão
Advogado
OAB/SP nº 357.559

Tarcísio de Souza Neto
Advogado
OAB/SP nº 423.711

Roberto Queiroz de Andrade Junior
Advogado
OAB/PE nº 46.219

Maria Izabel Vieira da Silva
Advogada
OAB/SP nº 480.488



BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

PROCESSO Nº: 1132347-05.2022.8.26.0100
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE SÃO PAULO/SP

LAUDO DE CONSTATAÇÃO E DE PERÍCIA PRELIMINAR

1. DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DESTE LAUDO TÉCNICO.

Este Laudo Técnico, conforme delineado por esse MM. Juízo na decisão de fls. 1315/1317, é destinado à verificação e à avaliação técnica da situação do funcionamento empresarial da Requerente e da documentação apresentada para cumprimento dos requisitos legais do deferimento do processamento do feito recuperacional.

Com efeito, este Laudo Técnico tem por objetivo esclarecer esse MM. Juízo sobre o cumprimento dos requisitos do art. 48 e do art. 51 da Lei nº 11.101, de 2005, na espécie, a par de conferir maior segurança na análise da admissibilidade deste Pedido de Recuperação Judicial.

Em suma, trata-se da verificação objetiva dos requisitos, de modo que a presente Constatação Prévia foi realizada com base nos documentos juntados aos autos, bem como os solicitados à requerente de forma administrativa. **(Doc.1)**

Ademais, insta ressaltar que o art. 4º da Recomendação nº 57, de 2019, do E. CNJ, esclarece que *“a constatação prévia consistirá, objetivamente, na análise da capacidade da devedora de gerar os benefícios mencionados no art. 47, bem como na constatação da presença e regularidade dos requisitos e documentos previstos nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005”*.

Com essas considerações, esta Perita nomeada passa a apresentar o seu Laudo Técnico.

2. BREVE SÍNTESE DO PEDIDO E DOS FATOS PROCESSUAIS DE REALCE.

Haure-se do teor do Pedido de Recuperação Judicial em questão que a Requerente **BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA** atua na área de fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, atividades de consultoria em gestão empresarial, prestando serviços a diversos órgãos e empresas públicas. Ademais, alega ter sido consolidada como uma importante empresa de modernização da gestão da informação.

Na mesma linha, anuncia (e comprova) que tem capital social de R\$ 4.450.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) e tem por única sócia a **MKS PARTICIPAÇÕES S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.361.565/0001-18.

A Requerente, conforme consta à Petição Inicial, exerce atividade empresária de modo regular desde 17/02/2000 e está regularmente registrada no formato atual desde 08/04/2004.

Ademais, restou observado que a empresa possui as seguintes filiais ativas conforme 32ª alteração e consolidação do contrato social:

“Parágrafo 1º ...filial situada na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 613 – sala 502, Edifício Pitágoras – Copacabana CEP 22050-002 – Rio de Janeiro – RJ, registrada sob o NIRE 33901179164 e inscrita no CNPJ 03.655.231/0002-02.

Parágrafo 2º ...filial situada na Quadra CLN 309 Bloco B, Número 56 – sala 204 e 218 – Bairro: Asa Norte – CEP:

70755-520 – Brasília – DF, registrada sob NIRE 53900345911 e inscrita no CNPJ 03.655.231/0004-74.

Parágrafo 3º ...filial situada na SCS Quadra 08, Bloco-B-50 – 2º Subsolo – Venâncio Shopping – Asa Sul – CEP 70.333-900 – Brasília – DF, inscrita no CNPJ 03.655.231/0001-17”

Narra, ainda, que a empresa surgiu para atender a uma demanda de prestação de serviços nas áreas administrativas, tecnológicas e operacionais, no momento que as empresas perceberam que, ao centralizar suas atividades somente no seu ramo de atuação, alcançavam melhores resultados.

Ao longo de sua história informa que se consolidou como uma importante empresa de modernização da gestão da informação devido ao alto grau de especialização no fornecimento de soluções para integração dos seus clientes com o mercado e seu público-alvo capacitou a Requerente a oferecer as soluções mais inovadoras e adequadas aos clientes, dando mais segurança às suas operações.

No que respeita ao exercício de sua função social, a Requerente anota ser núcleo criador de empregos, geradora de tributos, captadora de divisas, fomentadora de riquezas locais e regionais, tendo em vista que possui filiais nos estados do Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Deveras, a Requerente informa que mantém, atualmente, 724 (setecentos e vinte e quatro) funcionários ativos.

Nada obstante o exercício ativo e probo de seu objeto social, a Requerente argumenta que devido à crise do coronavírus, em razão das

medidas sanitárias determinadas pelas autoridades competentes, a requerente ao tempo em que teve que se adequar ao distanciamento, o que afetou diretamente o seu faturamento, tendo em vista que deixou de faturar os minutos de hora/homem logado dos seus colaboradores, também restou impossibilitada de realizar demissões, em razão da Medida Provisória nº 927/2020 e a Lei nº 14.020/2020.

Somado a isso, a Requerente alega ainda a crise no setor de serviços da economia nacional, e em específico do setor de *call center*, que gerou a queda em seu faturamento.

Por tais razões, a Requerente narra ter percebido um desentrelaçamento importante entre a receita e as despesas, de modo que, sem embargo dos seus próprios esforços no sentido da readaptação da operação e com a renegociação de dívidas, o remédio jurídico-processual da recuperação judicial revela-se absolutamente necessário para a sua reabilitação no mercado com a restauração de sua saúde financeira.

Anuncia, ainda, a Requerente que se trata de empresa viável que apresenta dificuldades momentâneas, mas com diversos créditos contra seus clientes a serem demandados judicialmente que não adimpliram a integralidade de seus contratos na ordem de R\$ 75.386.500,56 (setenta e cinco milhões, trezentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais e cinquenta e seis centavos).

Como forma de superação da crise, alega ter contratos ativos com: i) DETRAN do Estado do Rio de Janeiro; ii) ATIVOS S.A; BB Tecnologia e Serviços S.A e iii) Ministérios da Infraestrutura – MINFRA.

Feitas tais considerações, em 29 de novembro de 2022, a empresa BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. (“BS SERVICES”) ajuizou pedido de Tutela Cautelar em Caráter Antecedente com base nos artigos 300 e 305 e seguintes do Código de Processo Civil e com fundamento no artigo 6º, III, §12º, e seguintes da Lei nº 11.101/2005.

Através do despacho de fls. 345, esse MM. Juízo intimou a Requerente para emendar a Petição Inicial e, assim, adequar o valor da causa ao passivo submetido ao feito de soerguimento.

Às fls. 346/384, a Requerente cumpriu a ordem de emenda, adequando o valor da causa ao total da dívida de R\$ 41.940.362,04 (quarenta e um milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e sessenta e dois reais e quatro centavos) referente a 1.813 (um mil oitocentos e treze) credores, distribuídos nas seguintes classes:

Classificação do crédito	Qtdade credores	Total	%
Classe I – Trabalhista	1773	R\$ 9.944.775,10	23,71%
Classe II – Garantia real	4	R\$ 7.340.515,48	17,50%
Classe III – Quirografário	23	R\$ 24.477.366,30	58,36%
Classe IV – ME/EPP	13	R\$ 177.705,16	0,42%
Total concursal	1813	R\$ 41.940.362,04	100,00%

Fonte: BS SERVICES

Por fim, conforme consta em decisão de fls. 1315/1317 esse MM. Juízo nomeou esta Perita para a realização da perícia prévia no prazo de 5 (cinco) dias para a entrega deste Laudo Técnico.

É o que importa relatar dos autos.

3. DO TRABALHO REALIZADO POR ESTA PERITA: VERIFICAÇÃO IN LOCO – CONSTATAÇÃO DA ATIVIDADE.

No dia 05/12/2022, representantes desta Auxiliar se reuniram com o advogado representante da parte requerente, Sr. Jander Dauricio Filho, bem como com o Sr. Odervald Urbano dos Santos Filho, representante da requerente.

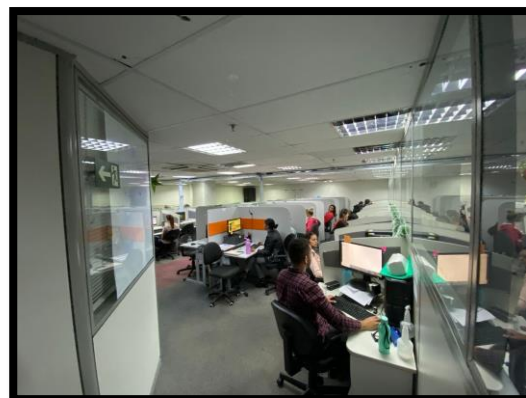
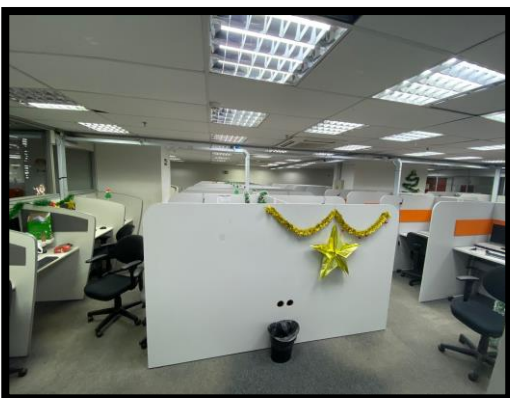
Nesta oportunidade, esta Auxiliar foi informada sobre a estrutura e organização da Requerente. A Requerente tem sua origem no Estado de São Paulo, e hoje mantém sua sede na capital paulista, no endereço Avenida Paulista, 2202, 12º andar, conjunto 121, Cerqueira Cesar, São Paulo – SP, escritório virtual localizado em um co-working.

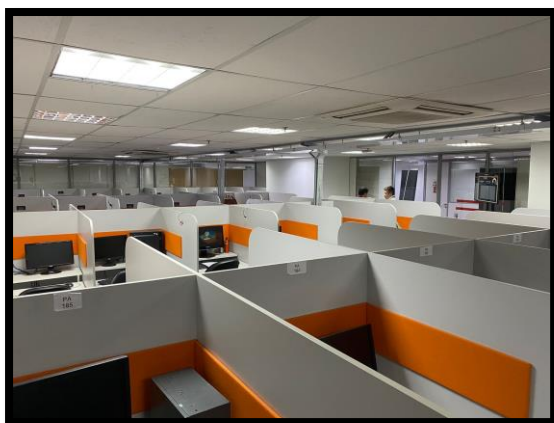
Atualmente, a sede fisicamente se presta exclusivamente para realização de reuniões. No entanto, estão concentradas na sede as certificações, o que faz com que seja esta a unidade a estar apta a participar de licitações e por isso concentra a maior parte do faturamento. Conforme explicaram, a dinâmica da empresa é de: participar da licitação por meio de sua sede em São Paulo em todos os Estados da federação, e quando vencida a licitação abrir filial no município vencedor.

Esta é a razão dada para que hoje a maior parte das atividades, funcionários hoje estejam em Brasília, onde se concentram os atuais contratos em curso. Na filial em Brasília se encontram as áreas de gestão, comercial, financeiro e recurso humanos, no endereço: Subsolo 2 do Shopping Venancio, situado no Setor SCS Quadra 08, Bloco B-50 08, 2 Subsolo Asa Sul, Brasília/DF, 70333-900.

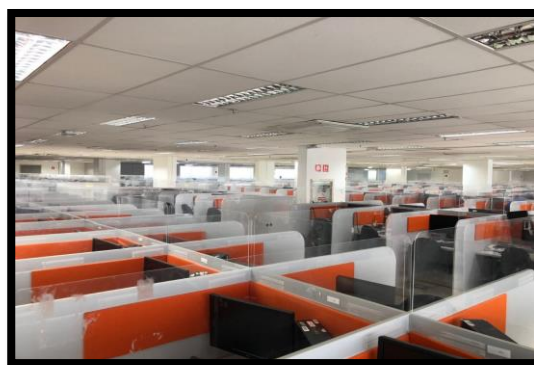
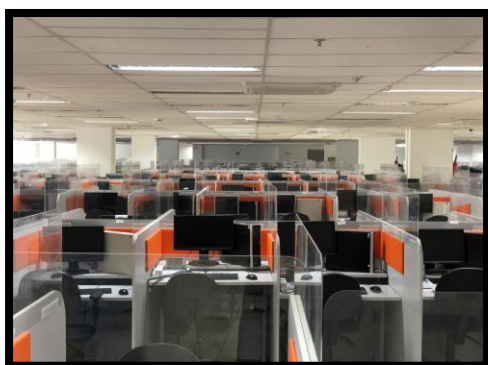
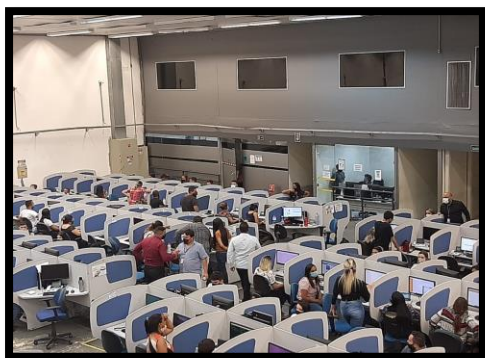
Sendo assim, após as conversas introdutórias sobre a empresa, sua atual configuração e o seu histórico, ficou acertada a vistoria in loco na filial da empresa em Brasília a ser realizada por um representante desta Perita no dia seguinte, 06/12/2022.

Ao se dirigir à filial para vistoria, o representante desta Auxiliar foi recebido pelo representante legal da empresa, o Sr. Odervald Urbano dos Santos Filho, onde foi explicado que a empresa tem como atividade tanto a alocação de mão-de-obra para call center em postos de atendimento ofertados pelo próprio contratante, como ocorre em sua filial no Rio de Janeiro, como também possui postos de atendimento dentro de sua própria instalação em Brasília, sendo 350 postos, como se demonstra através das imagens abaixo:





O representante legal da empresa também informou que a estrutura em Lauro de Freitas/BA chegou a ter 1.200 (um mil e duzentos) postos de atendimento e a situada em Maracanaú/CE outros 600 (seiscentos) postos, mas ambos foram fechados por falta de pagamento dos contratos de locação no primeiro trimestre de 2022, após terem funcionado, respectivamente, pelo período de 1(um) ano e meio na Bahia e 1 um ano no Ceará, conforme consta nas fotos abaixo:



O representante legal da empresa esclareceu que seu principal contratante é com o setor público ou instituições financeiras, ressaltou que não firma contrato com empresas privadas há, pelo menos, 10 (dez) anos.

Informou ainda que o contrato firmado com o Banco do Brasil possui, em média, 30% do efetivo total trabalhando, que atualmente é a sala com a maior quantidade de trabalhadores. Já o outro contrato em curso, este firmado com o Banco Evra, possuiria 40 colaboradores contratados.

Restou observado por esta Auxiliar que as instalações possuem duas salas de treinamento de novos colaboradores, estando uma delas em atividade, além de possuir outra sala com postos de atendimento em adaptação para novos funcionários.

No mais, o representante legal da empresa informou que as operações em curso estão situadas em Brasília, nas instalações visitadas por esta

administradora judicial, e no Rio de Janeiro, onde é utilizado o espaço físico dos contratantes. Não havendo mais operação nos estados do Ceará, Bahia e Paraná.

4. DA ANÁLISE DOS REQUISITOS DO ART. 48 E DO ART. 51 DA LREF.

Conforme já relatado, o escopo da presente Perícia é subsidiar esse MM. Juízo acerca do preenchimento dos requisitos autorizadores do deferimento do processamento da recuperação judicial, tais como expostos no art. 48 e no art. 51 da LREF.

Por ser assim, esta Perita passa a expor as suas considerações técnicas sobre a documentação aportada a estes autos.

No que diz com os requisitos do **art. 48** da **LREF**, esta Perita entende que restaram suficientemente preenchidos pela Requerente, conforme é exposto do quadro-resumo *infra*:

Exigência legal (Art. 48)	Status
Art. 48, caput: Exercício regular de atividade empresária há mais de 2 (dois) anos.	Requisito atendido . Comprovação: Certidão da JUCESP (fl. 39/47), informando a sua constituição em 08/04/2004 e o início das atividades em 17/02/2000.
Art. 48, I: Não ser falido ou estarem extintas, por sentença passada em julgado, as responsabilidades falimentares.	Requisito atendido . Comprovação: Fls. 49/200
Art. 48, II: Não ter, há mais de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial.	Requisito atendido . Certidão do E. TJSP (fl. 200).
Art. 48, III: Não ter, há menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial com base plano especial de que trata a Seção V deste capítulo.	Requisito atendido . Comprovação: Fls. 49/200
Art. 48, IV: Não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei.	Requisito atendido . Comprovação: Fls. 202/214

No que diz respeito aos requisitos do **art. 51 da LREF**, esta Auxiliar informa que solicitou à Requerente, de forma administrativa, a complementação da documentação, a qual prontamente procedeu com a complementação. Sendo assim, esta Perita entende que restaram suficientemente preenchidos pela Requerente, conforme é exposto do quadro-resumo *infra*:

Exigência legal (Art. 51)	Verificação	Status
I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;	<p>Foram apresentadas na Petição inicial e na emenda as razões que levaram à crise da requerente, onde pontuam como causas concretas da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira o que segue de forma resumida:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Perda de faturamento; ➤ Aumento de custos operacionais; ➤ Custos não programados (pandemia); ➤ Crise no setor de serviços; ➤ Cobrança excessiva de juros; ➤ Ausência de certidões negativas. <p>A exposição citada pela requerente está em conformidade com a documentação contábil que instruiu a inicial.</p>	Atendido
II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:	A requerente apresentou as Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido e as Demonstrações de Fluxos de Caixa Contábil para 2019, 2020 e 2021. No mais, vide comentários abaixo.	Atendido

a) balanço patrimonial;	<p>Foram juntados nos autos os Balanços Patrimoniais de 2019, 2020 e 2021 emitido pelo do SPED ECD Contábil.</p> <p>Na documentação complementar, a requerente apresentou o Balanço Especial em que o total do ativo está diferente do total do passivo – necessária retificação.</p> <p>Constou nos autos, apenas, um balancete contábil referente ao período de janeiro a setembro de 2022. (na documentação complementar, a requerente apenas apresentou o Balancete contábil referente ao mês de novembro/2022)</p>	Atendido parcialmente
b) demonstração de resultados acumulados;	<p>Na documentação complementar, a requerente apresentou o Balanço Especial</p>	Atendido
c) demonstração do resultado desde o último exercício social;	<p>Foram juntados nos autos a Demonstração de Resultado de 2019, 2020 e 2021 emitido pelo SPED ECD Contábil.</p> <p>Não foi apresentada a Demonstração de Resultado Especial, levantada na data do pedido da RJ. (na documentação complementar, a requerente apresentou o a Demonstração do Resultado Especial)</p> <p>Constou nos autos, apenas, um balancete contábil referente ao período de janeiro a setembro de 2022. (na documentação</p>	Atendido

	complementar, a requerente apenas apresentou o Balancete contábil referente ao mês de novembro/2022)	
d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;	Constou apenas a projeção para o período de 12 meses (2023), faltando a projeção do 2º ano (2024). (na documentação complementar, a requerente apresentou a projeção do fluxo de caixa para 2024)	Atendido
e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito;	Organograma societário e atos constitutivos.	Atendido
III - a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos;	A relação de credores, exceto quanto a classe II – garantia real, para as demais classes e demais credores não foram apresentados o endereço eletrônico.	Atendido parcialmente
IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;	Encontra-se juntada nos autos a relação nominal dos funcionários sem o valor total do salário e saldo das parcelas em aberto.	Atendido parcialmente
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	A Requerente apresentou os seguintes documentos: a) Ficha Cadastral completa de São Paulo – JUCESP emitida em 04/11/2022; b) apresentada a 32ª aditivo contratual, registrada na junta comercial apenas em 07/11/2022.	Atendido
VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;	Juntada a declaração de bens do administrador não sócio, o Sr. Odervaldo Urbano dos Santos Filho e da sócia	Atendido

	controladora, a empresa MKS Participações S.A.	
VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;	Extratos bancários apresentados	Atendido
VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;	<p>Não foram apresentadas as certidões dos cartórios de protestos situados na comarca da sede da empresa - São Paulo/SP, nem das filiais de Brasília/DF. (na documentação complementar, a requerente apenas apresentou as certidões de protestos da Comarca de São Paulo, do 1º ao 10º Cartório, e do 1º e 3º Cartório do Ofício das filiais de Brasília/DF)</p> <p>Quanto as filiais foram apresentadas:</p> <p>Certidão de protestos do 1º, 2º e 3º ofício do Rio de Janeiro (filial ativa) (na documentação complementar apresentou as certidões do 1º e 3º Ofício do Rio de Janeiro/RJ)</p> <p>Certidões de protestos da comarca de Maracanaú/CE (filial baixada) (na documentação complementar apresentou a certidão do 2º Cartório de Ofício de Maracanaú/CE)</p> <p>Certidões de protesto dos cartórios do 2º 3º 4º ofício da</p>	Atendido

	comarca de Salvador/BA (filial baixada); Certidão de protestos do 2º ofício de Lauro de Freitas/BA (filial baixada).	
IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados;	Relação apresentada subscrita pelo devedor.	Atendido
X - o relatório detalhado do passivo fiscal;	Apresentado apenas o relatório de situação fiscal da RFB. (na documentação complementar a requerente apresentou a informação da dívida negociada com a PGFN)	Atendido
XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei.	Foi apresentada uma relação de capacidade técnica dos serviços prestados e um relatório de ativos, por fornecedor, com a data de compra e valor dos ativos, porém não há detalhe específico do bem. (na documentação complementar, a requerente apresentou o detalhamento dos bens do ativo) Além disso, tal relatório apresenta um total de R\$ 12.382.144,15, enquanto, que, no balancete contábil de setembro/2022, consta R\$ 10.238.598,47. (na documentação complementar, a requerente apresentou Declaração do devedor e contrato com reserva de domínio de marcas)	Atendido

5. VERIFICAÇÃO CONTÁBIL, ECONÔMICA E FINANCEIRA

Para além da verificação *in loco* e da análise do preenchimento dos requisitos do **art. 48** e do **art. 51** da **LREF**, esta Perita procedeu preliminar análise da contabilidade da Requerente, mormente em razão de que, à luz do inciso **I** do **art. 51** da **LREF**, devem ser “concretas” as causas que ensejaram a crise que inspirou o Pedido.

Abaixo apresentamos a verificação contábil, econômica e financeira da empresa requerente através das demonstrações contábeis juntada aos autos:

1. Balanço Patrimonial 2019, fls. 439 a 443.
2. Balanço Patrimonial 2020, fls. 444 a 448.
3. Balanço Patrimonial 2021, fls. 449 a 453.
4. Demonstração de Resultado 2019, fls. 455 a 457.
5. Demonstração de Resultado 2020, fls. 458 a 461.
6. Demonstração de Resultado 2021, fls. 462 a 465.
7. Balancete contábil setembro/2022, fls. 466 a 472.

5.1 BALANÇOS PATRIMONIAIS

De acordo com FIPECAFI, 2018: *“O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática.”* Já conforme o art. 178 da Lei no 6.404/76, *“no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”*.

Sendo assim, conforme as intitulações da lei, o balanço é composto por três elementos básicos:

- **ATIVO** – Compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros.
- **PASSIVO** – Compreende as exigibilidades e obrigações.
- **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** – Representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.

Dessa forma, com base nos balanços patrimoniais da empresa requerente foi possível efetuar uma avaliação geral da situação patrimonial, econômica e financeira.

A seguir, os balanços patrimoniais apresentados, de forma comparativa, para 2019, 2020 e 2021 e setembro 2022 (especial):

BALANÇOS PATRIMONIAIS	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	Especial <u>30/09/2022</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
ATIVO				
CIRCULANTE				
Disponível	3.002.707	5.637.914	2.462.056	(3.919.486)
Contas a Receber	12.739.511	9.409.159	6.539.923	45.240.016
Estoques de imóveis	1.080.000	1.080.000	1.080.000	1.080.000
Adiantamento a fornecedores	632.839	945.191	4.345.471	4.574.434
Adiantamento a funcionários	98.297	980.261	987.034	20.462
Crédito com terceiros	-	-	-	809.645
Impostos a Recuperar	5.693.755	8.917.043	9.083.058	12.386.852
Outros créditos	135.772	8.771	6.745	6.745
Mútuos	-	-	-	10.454.900
Investimentos	597.780	597.780	597.780	717.780
Garantias Contratuais/Caucionamentos	4.552.594	9.985.918	13.035.988	13.553.506
Despesas do exercício seguinte	927.548	-	13.102.686	-
Depósitos e bloqueios judiciais	<u>1.469.662</u>	<u>1.533.256</u>	<u>1.744.104</u>	<u>2.000.088</u>
Total Ativo Circulante	30.930.465	39.095.293	52.984.845	86.924.942
NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado	451.118	8.280.921	7.966.302	7.966.302
Intagível	<u>12.905</u>	<u>69.344</u>	<u>55.327</u>	<u>55.327</u>
Total do Ativo Circulante	<u>464.023</u>	<u>8.350.265</u>	<u>8.021.630</u>	<u>8.021.630</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>31.394.488</u></u>	<u><u>47.445.558</u></u>	<u><u>61.006.475</u></u>	<u><u>94.946.572</u></u>
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	2.264.393	5.556.693	3.261.396	3.628.848
Empréstimos e financiamentos	8.165.809	10.163.224	19.079.530	19.050.029
Impostos a Recolher	1.420.709	1.481.782	2.401.029	5.780.545
Obrigações Trabalhistas	5.193.315	10.399.263	17.541.836	39.202.079
Adiantamento de Clientes	-	43.890	361.423	361.423
Créditos de terceiros	-	-	-	978.800
Outras obrigações	<u>227.869</u>	<u>851.076</u>	<u>4.386.800</u>	<u>2.077.024</u>
Total do Passivo Circulante	17.272.095	28.495.927	47.032.013	71.078.749
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	95.933	7.642.857	3.950.837	4.070.837
Pessoas ligadas	-	-	-	8.418.038
Contingências judiciais	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.126.871</u>
Total do Passivo não Circulante	95.933	7.642.857	3.950.837	19.615.747
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	4.450.000	4.450.000	4.450.000	4.450.000
Lucros Acumulados/Prejuízos	<u>9.576.460</u>	<u>6.856.774</u>	<u>5.573.624</u>	<u>(197.923)</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>14.026.460</u>	<u>11.306.774</u>	<u>10.023.624</u>	<u>4.252.077</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>31.394.488</u></u>	<u><u>47.445.558</u></u>	<u><u>61.006.475</u></u>	<u><u>94.946.572</u></u>

Fonte: BS SERVICES
Elaborado por: GATEKEEPER

5.2 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A lei define com clareza, por meio da Demonstração do Resultado do Exercício, o conceito de lucro líquido, estabelecendo os critérios de classificação de certas despesas.

De fato, o lucro ou prejuízo líquido apurado nessa demonstração é o que se pode chamar de lucro dos acionistas, pois, além dos itens normais, já se deduzem como despesas o Imposto de Renda e as participações sobre os lucros a outros que não os acionistas, de forma que o lucro líquido demonstrado é o valor final a ser adicionado ao patrimônio líquido da empresa que, em última análise, pertence aos acionistas, ou é distribuído como dividendo (FIECAFI, 2018).

A demonstração de resultado do exercício conforme a Lei nº 6.404/1976 deve iniciar-se com a receita bruta das vendas e serviços, as deduções de vendas, os abatimentos e os impostos.

No entanto, o pronunciamento CPC 26, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, menciona que devem incluir a Receita e seus custos, mas nada menciona sobre os impostos; na verdade a norma internacional para divulgação desta demonstração ignora os impostos por não se tratar de uma obrigação da empresa, que apenas cobra os impostos incidentes sobre a venda e serviços e repassa para o governo brasileiro.

Na prática é possível verificar que as demonstrações de Resultados publicadas pelas empresas são elaboradas a partir da venda líquida (já deduzidas as devoluções, os abatimentos e impostos) (IUDÍCIBUS, 2017).

Os saldos dessa demonstração são apropriados ao exercício em função de sua ocorrência e da vinculação da despesa à receita,

independentemente de seus reflexos no caixa. A Lei das Sociedades por Ações não admite exceções.

A seguir, as demonstrações de resultado apresentadas, de forma comparativa, para 2019, 2020 e 2021 e setembro 2022 (especial):

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	Especial 30/09/2022
	R\$	R\$	R\$	R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	181.450.960	178.994.887	198.955.933	60.212.301
Deduções da receita	(14.548.745)	(12.289.967)	(13.671.087)	(3.855.617)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	166.902.215	166.704.920	185.284.846	56.356.684
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	166.902.215	166.704.920	185.284.846	56.356.684
Despesas com pessoal	(151.340.766)	(148.199.396)	(161.556.121)	(52.140.721)
Despesas gerais e administrativas	(9.481.197)	(18.461.237)	(20.989.584)	(2.622.827)
RESULTADO OPERACIONAL	6.080.253	44.287	2.739.141	1.593.136
Receitas financeiras	996.481	502.875	387.379	-
Despesas financeiras	(1.126.547)	(1.254.309)	(4.266.669)	(217.812)
RESULTADO FINANCEIRO	(130.066)	(751.434)	(3.879.291)	(217.812)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-	-	-	(7.126.871)
RESULTADO ANTES IR/CS	5.950.187	(707.147)	(1.140.150)	(5.751.547)
IRPJ	(1.448.235)	-	-	-
CSLL	(543.037)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	3.958.915	(707.147)	(1.140.150)	(5.751.547)

Fonte: BS SERVICES
Elaborado por: GATEKEEPER

6. ÍNDICES DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise de balanços patrimoniais e de demonstrações de resultado, bem como, as das demais demonstrações contábeis encontra seu ponto mais importante no cálculo e avaliação do significado de quocientes, que correspondem a índices, relacionando principalmente itens e grupos do Balanço e da Demonstração do Resultado. Explicaremos as formas de cálculo, o significado e as limitações de cada um dos principais índices.

Conforme Iudícibus:

“A técnica de análise financeira por quocientes é um dos mais importantes desenvolvimentos da Contabilidade, pois é muito mais indicado comparar, digamos, o ativo corrente com o passivo corrente do que simplesmente analisar cada um dos elementos individualmente.

O analista externo à empresa normalmente estará apenas de posse dos balanços, demonstrativos operacionais e outras poucas informações adicionais, ao passo que o analista interno poderá dispor dos detalhes somente encontrados nos registros analíticos da empresa.

O uso de quocientes tem como finalidade principal permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos. A finalidade da análise é mais do que retratar o que aconteceu no passado; as informações pregressas fornecem sempre algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro e assim identificar tendências que podem contribuir para decisões preditivas.”

Utilizamos, no nosso entendimento, os principais índices, conforme reportamos abaixo:

6.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

6.1.1 LIQUIDEZ IMEDIATA:

Esse índice representa o valor de quanto a Empresa possui de caixa imediatamente para liquidar suas dívidas de curto prazo.

$$\text{Índice de liquidez imediata} = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo circulante}}$$

6.1.2 LIQUIDEZ CORRENTE:

Esse índice representa o valor de quanto a Empresa possui de ativos realizáveis em caixa em até um ano para liquidar suas dívidas de curto prazo.

Esse índice relaciona o quanto a Empresa possui, imediatamente, de disponíveis e conversíveis (de curto prazo) em caixa, com relação às dívidas de curto prazo. É um índice muito divulgado e frequentemente considerado como o melhor indicador da situação de liquidez. É preciso considerar que no numerador estão incluídos itens tão diversos como: disponibilidades, valores a receber a curto prazo, estoques e certas despesas pagas antecipadamente. No denominador, estão incluídas as dívidas e obrigações vencíveis a curto prazo (Iudícibus, 2017).

$$\text{Índice de liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

6.1.3 LIQUIDEZ GERAL:

Esse índice representa o valor de quanto a Empresa possui de ativos realizáveis em caixa de curto e longo prazo para liquidar suas dívidas totais com terceiros.

$$\text{Índice de liquidez geral} = \frac{\text{Ativo circulante e não circulante}}{\text{Passivo circulante e não circulante}}$$

6.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO:

Estes quocientes relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros (IUDÍCIBUS, 2017).

6.2.1 PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS SOBRE RECURSOS TOTAIS:

Esse índice (também conhecido por “*Debt Ratio*”), de grande relevância, relaciona a dívida total com terceiros com o total da origem de recursos que a Empresa obteve. Representa o percentual da dívida de terceiros em relação ao total de ativos.

$$\text{Índice de participação de capitais de terceiros} = \frac{\text{Dívida total com terceiros}}{\text{Ativo total}}$$

6.2.2 PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO:

É outra uma alternativa de avaliar a dependência do capital de terceiros. Esse índice tende a verificar qual a principal fonte de recurso da empresa, se é de terceiro ou própria, calculando sua relação.

$$\text{Índice de participação de capitais de terceiros sobre capital próprio} = \frac{\text{Dívida total com terceiros}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

6.2.3 PARTICIPAÇÃO DE DÍVIDAS DE CURTO PRAZO SOBRE PASSIVO TOTAL DE TERCEIROS:

Outra alternativa de avaliar a estrutura de prazo da dívida da Empresa. Esse índice tende a verificar qual a principal fonte de recurso da empresa, se é de terceiro ou própria, calculando sua relação.

Índice de participação de
dívidas de curto prazo sobre o passivo total = $\frac{\text{Passivo circulante}}{\text{Passivo total}}$

6.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE:

A utilização da informação de lucro é restrita se avaliarmos apenas seus números absolutos.

A ideia é que a utilização de coeficientes, oriundos da demonstração do resultado do exercício, traz informações importantes em relação à rentabilidade.

6.3.1 MARGEM DE LUCRO LÍQUIDO:

Corresponde ao coeficiente entre o lucro líquido sobre as receitas líquidas em determinado período.

Índice de margem de lucro líquido = $\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Receita líquida}}$

6.3.2 MARGEM DE LUCRO OPERACIONAL:

Corresponde ao coeficiente entre o lucro operacional sobre as receitas líquidas em determinado período.

$$\text{Índice de margem de lucro operacional} = \frac{\text{Lucro operacional}}{\text{Receita líquida}}$$

6.3.3 MARGEM DE LUCRO BRUTO:

Corresponde ao coeficiente entre o lucro bruto sobre as receitas líquidas em determinado período.

$$\text{Índice de margem de lucro bruto} = \frac{\text{Lucro bruto}}{\text{Receita líquida}}$$

7. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA REQUERENTE

7.1 ANÁLISE BALANÇOS PATRIMONIAIS

Com base na tabela apresentada no item 6.1. acima é possível analisar a evolução dos ativos da empresa desde 2019 até setembro/2022.

Ativo Circulante: O ativo circulante representa os recursos que estão disponíveis ou que se tornarão disponíveis no curto prazo conforme artigos 178 a 182 da Lei nº 6.404/76, que define o critério de classificação das contas em ordem decrescente de grau de liquidez.

Observa-se que, do mês de dezembro de 2019 até setembro de 2022, o saldo do grupo de contas apresentou um aumento de 181%, passando de R\$ 30,9 milhões para R\$ 86,9 milhões. O aumento de R\$ 56 milhões está representado nas contas “Contas a receber”, “Garantias Contratuais/

Caucionamentos” e “Impostos a Recuperar”, aliadas a conta de “Mútuos”. Cabe destacar que, essas contas precisam de uma análise detalhada com o objetivo de identificar a sua efetiva realização ou não. Abaixo gráfico:



Fonte: BS SERVICES
Elaborado por: GATEKEEPER

Ainda no **Ativo Circulante**, verificamos que o saldo da conta “Disponibilidades”, no mês de setembro/2022 apresentou saldo negativo de R\$ 3,9 milhões. O referido saldo é um reflexo da conta analítica “Caixa geral - 1.01.01.01.01.0011 Valores a Identificar” cujo saldo está negativo em R\$ 7,1 milhões. O fato demonstra problemas de conciliação contábil, pois tal situação, significa que a empresa desembolsou mais recursos do que recebeu. Dessa forma, não existe saldo de caixa negativo. Adicionalmente, de acordo com o fisco, tal ocorrência poderá ser caracterizada como omissão de receita sujeita à tributação na área do imposto sobre a renda, repercutindo também na seara do PIS, COFINS e, a depender do caso, indica também omissão no campo do ISS (art. 12, § 2o, do Decreto-lei nº 1.598/77, art. 40 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e art. 281,1, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999).

Adicionalmente, foi possível observar um aumento expressivo nas contas de “Adiantamento a fornecedores” que passou de R\$ 632

mil para R\$ 4,5 milhões no período de dezembro de 2019 até setembro/2022. Importante a análise detalhada da conta para identificar o tempo de entrega de materiais e/ou serviços já pagos, na forma de “adiantamento”, e ainda não recebidos pela BS SERVICES. Outro ponto que possa justificar o aumento na referida conta é a ausência de conciliação contábil junto a conta de fornecedores.

Em setembro/2022, o balancete contábil apresentou novos saldos no ativo circulante, que não existiam até dezembro/2021, referente a valores a receber, inclusive junto a pessoas ligadas, conforme tabela abaixo. Tais operações necessitam de uma análise mais aprofundada, inclusive com base na documentação suporte, pois o incremento foi de R\$ 11,2 milhões, representando 20,12% do total no ativo circulante.

Conta contábil	Conta analítica	Saldo contábil setembro/2022
Crédito com terceiros	Odervald Urbano dos Santos Filho	R\$ 22.359,28
Crédito com terceiros	Argos Participações Ltda.	R\$ 787.286,00
Mútuos	CJU B.S. Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.	R\$ 10.454.899,80
Total		R\$ 11.264.545,08

Fonte: BS SERVICES
Elaborado por: GATEKEEPER

Por fim, foi possível identificar nos balanços patrimoniais contas classificadas no Ativo Circulante, na ordem de R\$ 27,8 milhões (setembro/2022), que de acordo com o critério de classificação das contas em ordem decrescente de grau de liquidez, citado acima, deveriam estar classificadas no Ativo Não Circulante. Tal fato, distorce a análise e interpretação da situação patrimonial e financeira da empresa requerente. Abaixo, seguem as contas identificadas:

Conta contábil	Especial			
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	30/09/2022
Estoques de imóveis	R\$ 1.080.000,00	R\$ 1.080.000,00	R\$ 1.080.000,00	R\$ 1.080.000,00
Mútuos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.454.899,80
Investimentos	R\$ 597.780,00	R\$ 597.780,00	R\$ 597.780,00	R\$ 717.780,00
Garantias Contratuais/Caucionamentos	R\$ 4.552.593,61	R\$ 9.985.917,84	R\$ 13.035.987,54	R\$ 13.553.506,02
Depósitos e bloqueios judiciais	R\$ 1.469.662,06	R\$ 1.533.256,10	R\$ 1.744.104,25	R\$ 2.000.087,65
Total	R\$ 7.700.035,67	R\$ 13.196.953,94	R\$ 16.457.871,79	R\$ 27.806.273,47

Fonte: BS SERVICES
Elaborado por: GATEKEEPER

Ativo Não Circulante: No Ativo Não Circulante, estão classificados recursos que a empresa possui e não estarão disponíveis para utilização em suas operações ao menos pelos próximos doze meses. Neste grupo também são encontrados os investimentos feitos em bens de permanência duradoura, denominados de “ativo permanente”.

O saldo deste ativo deste teve um aumento de 202% de 2019 para setembro/2022. Em 2019 o Ativo Não Circulante representava 1% do ativo total, em 2020 passou a representar 18%. A principal variação positiva foi no ativo imobilizado. Abaixo gráfico:



Fonte: BS SERVICES
Elaborado por: GATEKEEPER

Passivo Circulante: Grupo de contas onde são classificadas todas as obrigações que a empresa tem com terceiros que vencerão nos próximos doze meses.

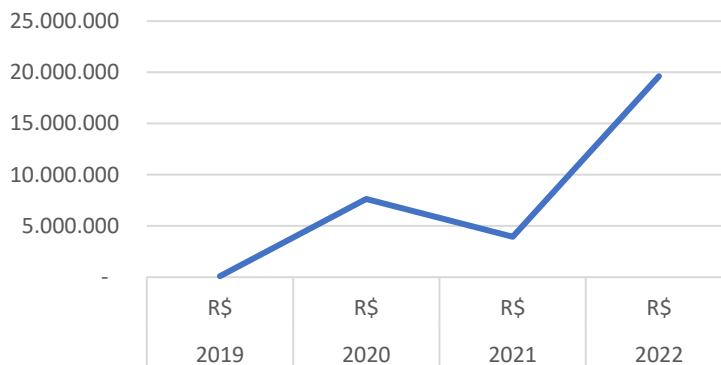
No caso da empresa requerente, as dívidas de curto prazo aumentaram em 312% de 2019 para setembro/2022, passando de R\$ 17,2 milhões para R\$ 71 milhões, representando um aumento de R\$ 53,8 milhões. Tal aumento está representado pelas contas: “Empréstimos e financiamentos”, “Impostos a Recolher”, Obrigações trabalhistas” e “Outras obrigações”. Abaixo gráfico:



Fonte: BS SERVICES
Elaborado por: GATEKEEPER

Passivo Não Circulante: Representa o endividamento com terceiros que vencerão após doze meses. As dívidas de longo prazo tiveram um aumento significativo de 20.347% de 2019 para setembro/2022. Tal incremento ocorreu no período de janeiro a setembro/2022, representado pelas contas: “Pessoas ligadas - CJU B.S. Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.” e “Processos judiciais cíveis” no valor de R\$ 8,4 milhões e R\$ 7,1 milhões, respectivamente. Abaixo gráfico:

Passivo Não Circulante

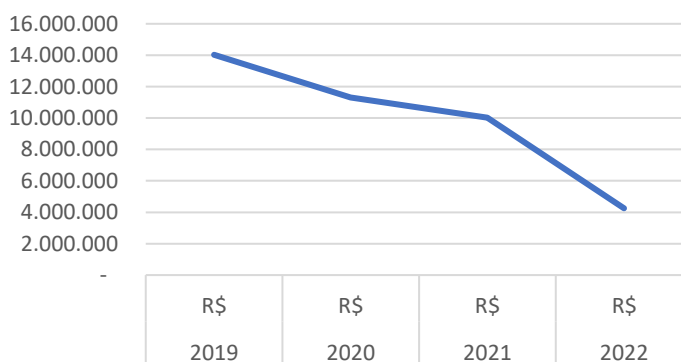


Fonte: BS SERVICES

Elaborado por: GATEKEEPER

Patrimônio Líquido: O saldo deste grupo de contas representa o valor pertencente aos sócios. No ano de 2019, acumulava um saldo de R\$ 14 milhões, que até setembro/2022 apresentou uma redução significativa de 70% chegando ao patamar de R\$ 4,2 milhões. Conforme ilustrado abaixo, a situação patrimonial da empresa ainda é favorável, porém só resta 4,48% dos ativos da empresa para os sócios. Dessa forma, podemos concluir que o total de bens e direitos é suficiente para amortizar os passivos da Empresa.

Patrimônio Líquido



Fonte: BS SERVICES

Elaborado por: GATEKEEPER

7.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Receita Operacional Bruta: A empresa opera no ramo de serviços de gestão da informação, *call center* e tecnologia da informação, prestando serviço a diversos órgãos e empresas públicas. Assim, 100% do seu faturamento é oriundo desta atividade.

De 2019 para setembro/2022, a empresa apresentou uma redução de 67% em seu faturamento, mesmo tendo uma melhora no ano de 2021.

Abaixo, gráfico com a evolução da Receita Operacional Bruta, no período em análise:



Fonte: BS SERVICES

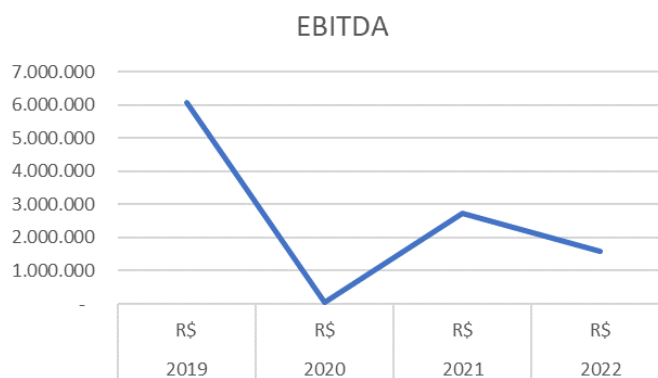
Elaborado por: GATEKEEPER

Adicionalmente, a empresa requerente registra os custos diretos com a geração da receita operacional diretamente nas despesas operacionais.

EBITDA: O EBITDA é o termo em inglês que significa “lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”. Permite conhecer o quanto a empresa está gerando de caixa com base exclusivamente em suas atividades operacionais.

De acordo com as Demonstrações de Resultados analisados, estes resultados apresentaram-se positivos em todo o período, embora em 2020 tenha chegado praticamente a zerado.

Abaixo gráfico demonstrando a sua evolução:



Fonte: BS SERVICES

Elaborado por: GATEKEEPER

Resultado financeiro: A empresa vem sendo alavancada com recursos captados em instituições financeiras. Os custos destes financiamentos estão demonstrados nas Demonstrações de Resultados, abaixo do EBITDA, e somam no período analisado o valor de R\$ 6,8 milhões, ou seja, 11,40% da Receita Operacional Bruta. Abaixo a evolução das despesas financeiras no período:



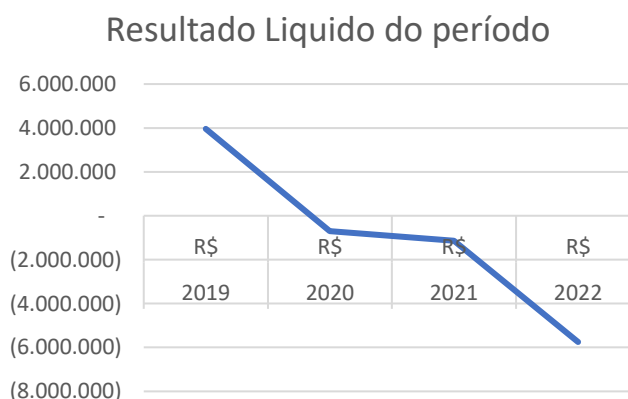
Fonte: BS SERVICES

Elaborado por: GATEKEEPER

Despesas não operacionais: Em setembro/2022, foi reconhecida a provisão com contingências judiciais cíveis na ordem de R\$ 7,1 milhões. Destacamos que

é importante entender se todos os processos judiciais registrados estão com a estimativa de perda provável com base no diagnóstico jurídico que assessora a empresa requeente, o que não foi apresentado na relação de ações judiciais juntada no DOC 12, fls. 601 a 622.

Resultado do período: é o lucro ou prejuízo apurado após o lançamento de todas as receitas, custos e despesas. Havendo lucro, este poderá ser distribuído aos sócios. Para o caso em tela, podemos observar que a empresa requerente em 2019 apurou um lucro de aproximadamente R\$ 4 milhões, porém ao longo do período vem apresentando prejuízos chegando em setembro/2022 com resultado negativo de cerca de R\$ 5 milhões.



Fonte: BS SERVICES
Elaborado por: GATEKEEPER

7.3 ANÁLISE DOS ÍNDICES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Abaixo, os índices calculados com base nas demonstrações contábeis apresentadas nos autos:

	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	30/09/2022
1. Liquidez Imediata	0,17	0,20	0,05	(0,06)
2. Liquidez Corrente	1,79	1,37	1,13	1,22
3. Liquidez Geral	1,81	1,31	1,20	1,05
4. Endividamento geral	55,32%	76,17%	83,57%	95,52%
5 Participação de capital de terceiros sobre recursos totais	0,55	0,76	0,84	0,96
6. Participação de capitais de terceiros sobre capital próprio	1,24	3,20	5,09	21,33
7. Participação de dívidas de curto prazo sobre passivo total de terceiros	0,99	0,79	0,92	0,78
8. Margem de lucro líquido	2,37%	(0,42%)	(0,62%)	(10,21%)
9. Margem de lucro operacional	3,64%	0,03%	1,48%	2,83%
10 .Margem de lucro bruto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: BS SERVICES

Elaborado por: GATEKEEPER

Índices de liquidez: Observa-se que todos os índices de liquidez apresentam que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possui, em média, R\$ 0,94 de ativos. O índice demonstra que a empresa requerente não paga 100% de sua dívida.

Índices de endividamento: Observa-se que o nível de endividamento geral da empresa tem sido crescente, saindo de 55,32% em 2019 para 95,52% em setembro/2022. Este índice representa o total de endividamento da empresa com terceiros comparado com o ativo total da empresa. Ademais, 75% da dívida com terceiros está concentrada no curto prazo.

Índices de rentabilidade: Esses coeficientes devem ser interpretados juntamente com o resultado apresentado pela demonstração de resultado do exercício, onde podemos observar que a Receita Operacional Líquida média no período é de 93%, a margem EBITDA oscilou bastante no período, saindo de 3,64% em 2019 para 2,83% em setembro/2022, com o ano de 2020 bem prejudicado atingindo apenas 0,03%, acredita-se que por conta da pandemia. Ademais, a margem de lucro líquido apresentada em setembro/2022 está afetada pelo registro das contingências judiciais cíveis.

Diante o exposto, com base números e índices analisados, a empresa requerente encontram-se em situação patrimonial e financeira comprometida, com destaque para as seguintes necessidades:

- a) Reclassificar contas contábeis de acordo com a ordem de liquidez, o que interfere na interpretação dos índices;
- b) Conciliação contábil, principalmente quanto a conta “Caixa geral”;
- c) Análise do prazo de recebimento, por idade de vencimento, do Contas a receber de clientes, bem como é indispensável o registro contábil de provisão para perdas, caso haja;
- d) Análise de operações de mútuos com pessoas ligadas.

No mais, é possível afirmar que a empresa requerente apresenta viabilidade para soerguimento e superação da crise econômico-financeira.

Essas são as considerações contábeis desta Perita.

8. CONCLUSÃO

A partir das considerações lançadas nos tópicos acima, é possível concluir que os registros contábeis da Requerente demonstram os impactos nefastos da pandemia da Covid-19 na sua operação e nas suas finanças.

Todavia, também é possível afirmar que a empresa requerente apresenta viabilidade para soerguimento e superação da crise econômico-financeira, tal como narrado na Petição Inicial tornando necessário, de fato, o acesso ao remédio jurídico-processual da Recuperação Judicial, estando apta a produzir os benefícios a que faz menção o **art. 47 da LREF**.

Sendo o que tinha para o momento, esta Expert se coloca à disposição de Vossa Excelência, dos nobres advogados das Requerentes, do ilustre

representante do Ministério Público e demais interessados para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

São Paulo, 12 de dezembro de 2022.

GATEKEEPER CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

